



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DIRETA – PROCESSO Nº 010/2026

1 – DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alíneas “a” da Lei nº 14.133/21)

DO OBJETO

1.1 - O objeto da presente contratação é a seleção da proposta mais vantajosa para o fornecimento parcelado de materiais de consumo, incluindo materiais de limpeza, higiene, descartáveis e lâmpadas destinados à manutenção das atividades administrativas da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

DO DETALHAMENTO DO OBJETO

1.2 – O objeto deste Termo de Referência será dividido em lotes, conforme a natureza e similaridade dos itens, sendo a presente contratação destinada à participação exclusiva de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

1.3 - O(s) bem(ns) que se pretende(m) adquirir, conforme art. 6º, inciso XIII da Lei Nº 14.133 de 01/04/2021, é(são) de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no presente Termo de Referência e no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.4 - Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto e às descritas no Portal de Compras do Governo, prevalecerão as especificações constantes deste Termo de Referência.

1.5 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 28 da Lei Municipal nº 2384/2023 e art. 86 do Decreto Municipal nº 3335/2023.

1.6 - Esta contratação está prevista no Plano de Contratações Anuais para o ano de 2026.

DA DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADES, PREÇO UNITÁRIO E TOTAL MÁXIMO ESTIMADOS

1.7 - Os itens e as quantidades da presente contratação decorrem de Estudo Técnico Preliminar e devem atender as seguintes especificações abaixo:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. | CATMAT | QTD | Valor Unitário Estimado R\$ | Valor Total Estimado R\$ |
|----------------------------|------|--|-------|--------|-----|-----------------------------|--------------------------|
| L O T E 01 | 01 | ÁGUA SANITÁRIA - COMPOSIÇÃO QUÍMICA HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO, TEOR CLORO ATIVO VARIA DE 2 A 2,50%, DE 01 LITRO , COM VALIDADE POR 12(DOZE) MESES, CONTADOS DA DATA EFETIVA DA ENTREGA OU PRAZO ESTIPULADO PELO FABRICANTE. | UNID | 292730 | 24 | R\$ 3,81 | R\$ 91,44 |



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

| L O T E 01 | ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. | CATMAT | QTD | Valor Unitário Estimado R\$ | Valor Total Estimado R\$ |
|------------------------|------|---|-------|-----------------------------|-----|-----------------------------------|-----------------------------------|
| | 02 | DESINFETANTE - LÍQUIDO INGREDIENTE ATIVO O-BENZIL P- CLOROFENOL A 70% E ÓLEO DE PINHO - DE 500 ML - AROMA PINHO, COM VALIDADE POR 12(DOZE) MESES, CONTADOS DA DATA EFETIVA DA ENTREGA OU PRAZO ESTIPULADO PELO FABRICANTE. | UNID | 396196 | 60 | R\$ 4,26 | R\$ 255,60 |
| | 03 | DETERGENTE - LÍQUIDO PARA LAVAR LOUÇAS EM 500 ML , NEUTRO (OU EM FRAGRÂNCIAS AGRADÁVEIS), COM CONCENTRAÇÃO DE ATIVOS, COM ALTO PODER DE LIMPEZA EM SUA COMPOSIÇÃO, PARA GARANTIR A COMPLETA REMOÇÃO DAS SUJIDADES, SEM DANIFICAR A DELICADA PELE DAS MÃOS, COM FÓRMULA TESTADA DERMATOLOGICAMENTE, COM VALIDADE POR 12(DOZE) MESES, CONTADOS DA DATA EFETIVA DA ENTREGA OU PRAZO ESTIPULADO PELO FABRICANTE. | UNID | 603517 | 12 | R\$ 2,81 | R\$ 33,72 |
| | 04 | ESPONJA PARA LIMPEZA, TIPO DUPLA FACE - À BASE DE ESPUMA DE POLIURETANO, COM AGENTES BACTERICIDAS E, FIBRA SINTÉTICA COM ABRASIVO. DIMENSÕES MÍNIMAS: 110X70X18 MM. EMBALAGEM PRIMÁRIA: INDIVIDUAL, EMBALADA EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO. DEMAIS PARÂMETROS DE PRODUÇÃO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA PRODUTOS DE LIMPEZA E ESPECÍFICA PARA O PRODUTO. PADRÃO DE CODIFICAÇÃO: EAN 13 (CÓDIGO DE BARRAS). | UNID | 620662 | 25 | R\$ 1,33 | R\$ 33,25 |
| | 05 | INSETICIDA AEROSSOL - COM REGISTRO NA ANVISA OU MS, COMPOSTO DE ATIVOS SOLVENTES, EMULSIFICANTES, ANTIOXIDANTES E PROPELENTE, QUE USE ÁGUA COMO SOLVENTE EMBALADO EM FRASCO METÁLICO DE NO MÍNIMO 300 ML , COM VALIDADE POR 12(DOZE) MESES, CONTADOS DA DATA EFETIVA DA ENTREGA OU PRAZO ESTIPULADO PELO FABRICANTE. | UNID | 261168 (similar) | 06 | R\$ 16,43 | R\$ 98,58 |



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

| L O T E 01 | ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. | CATMAT | QTD | Valor Unitário Estimado R\$ | Valor Total Estimado R\$ |
|----------------------------|------|---|-------|-------------------------|-----|-----------------------------------|-----------------------------------|
| | 06 | LIMPADOR MULTIUSO - LIMPADOR LÍQUIDO MULTIUSO TRADICIONAL. BIODEGRADÁVEL E ATESTADO DERMATOLÓGICAMENTE. EMBALAGEM DE 500 ML , COM VALIDADE POR 12(DOZE) MESES, CONTADOS DA DATA EFETIVA DA ENTREGA OU PRAZO ESTIPULADO PELO FABRICANTE. | UNID | 479138 | 24 | R\$ 4,93 | R\$ 118,32 |
| | 07 | LIMPADOR LIMPEZA PESADA - COM CLORO ATIVO 2 EM 1, EM FRASCO de 01 litro , COM VALIDADE POR 12(DOZE) MESES, CONTADOS DA DATA EFETIVA DA ENTREGA OU PRAZO ESTIPULADO PELO FABRICANTE. | UNID | 456424 (similar) | 24 | R\$ 18,59 | R\$ 446,16 |
| | 08 | LIMPADOR PERFUMADO - PARA CASA, PERFUME LAVANDA EMBALAGEM COM 500 ML , COM VALIDADE POR 12(DOZE) MESES, CONTADOS DA DATA EFETIVA DA ENTREGA OU PRAZO ESTIPULADO PELO FABRICANTE. | UNID | 307111 | 60 | R\$ 6,12 | R\$ 367,20 |
| | 09 | LUSTRA MÓVEL LÍQUIDO - PARA LIMPEZA DE MÓVEIS EM MADEIRA COMPOSIÇÃO DE SILICONE, CERAS NATURAIS, EMULSIFICANTES, SEQUESTRANTE, CONSERVANTE, SOLVENTE DE PETRÓLEO, SURFACTANTE ANIÔNICO, PERFUME LAVANDA E EMBALAGEM EM FRASCO DE 500 ML , COM VALIDADE POR 12(DOZE) MESES, CONTADOS DA DATA EFETIVA DA ENTREGA OU PRAZO ESTIPULADO PELO FABRICANTE. | UNID | 299646 | 12 | R\$ 13,26 | R\$ 159,12 |
| | 10 | ODORIZADOR/AROMATIZADOR/NEUTRALIZADOR DE ODORES - PARA AMBIENTE, EM FORMA DE AEROSOL, FRAGRÂNCIA AGRADÁVEL, NÃO CONTENDO CLOROFLUORCARBONO-CFC. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. FRASCO COM 360 ML , COM VALIDADE POR 12(DOZE) MESES, CONTADOS DA DATA EFETIVA DA ENTREGA OU PRAZO ESTIPULADO PELO FABRICANTE. | UNID | 261168 | 06 | R\$ 15,83 | R\$ 94,98 |
| | 11 | PANO DE LIMPAR CHÃO - EM ALGODÃO ALVEJADO, COM TECIDO MAIS FECHADO PARA ALTA ABSORÇÃO, MEDIDA MÍNIMA DE 66CM X 66CM. | UNID | 396308 (similar) | 06 | R\$ 4,91 | R\$ 29,46 |



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

| | ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. | CATMAT | QTD | Valor Unitário Estimado R\$ | Valor Total Estimado R\$ |
|--|------|---|-------|-------------------------|-----|-----------------------------|--------------------------|
| LOTE 01 | 12 | REFIL PARA ESFREGÃO TIPO MOP GIRATÓRIO PRO - 360° CONFECCIONADO COM 100% MICROFIBRA COMPATÍVEL COM BALDE DE 10 LITROS, IDEAL PARA LIMPEZA EM PISOS DE: MADEIRA, MÁRMORE, SINTÉTICO E CERÂMICA, DE FÁCIL DE INSTALAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO NO ESFREGÃO MOP, SEM NECESSIDADE DE FERRAMENTAS ADICIONAIS, COM DIÂMETRO DE ENCAIXO DE 16 CM. | UNID | 623696 (similar) | 20 | R\$ 14,63 | R\$ 292,60 |
| | 13 | SABÃO EM PÓ COM AMACIANTE – EMBALAGEM DE 800 GRAMAS , COM VALIDADE POR 12(DOZE) MESES, CONTADOS DA DATA EFETIVA DA ENTREGA OU PRAZO ESTIPULADO PELO FABRICANTE. | UNID | 226792 | 06 | R\$ 11,86 | R\$ 71,16 |
| | 14 | VASSOURA DE PIAÇAVA Nº 6 - DESENVOLVIDA COM PIAÇAVA DE PRIMEIRA QUALIDADE, BASE EM LATA E CABO DE MADEIRA , COMPRIMENTO TOTAL 1,30M. ESTA VASSOURA É INDICADA PARA LIMPEZA DE ÁREAS EXTERNAS COMO VARANDAS, PÁTIOS, RUAS, CALÇADAS, ETC. PODE SER UTILIZADA EM PISOS LISOS, ÁSPEROS, RÚSTICOS, IRREGULARES, MOLHADOS OU SECOS. | UNID | 469862 | 06 | R\$ 23,96 | R\$ 143,76 |
| VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE 01 (ITENS DO 01 AO 14) | | | | | | | R\$ 2.235,35 |
| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. | CATMAT | QTD | Valor Unitário Estimado R\$ | Valor Total Estimado R\$ |
| LOTE 02 | 15 | ÁLCOOL EM GEL - ÁLCOOL ANTisséPTICO; HIPOALERGÊNICO HIGIENIZADOR; EM GEL; NEUTRO; COMPOSTO DE ÁLCOOL ANTisséPTICO 70% DE AMPLO ESPECTRO DE AÇÃO MICROBICIDA SOB FORMA GELATINOSA; AÇÃO ANTisséPTICA, INSTANTÂNEA E SEM ENXÁGUE, PRONTO USO, HIPOALERGÊNICO, ATÓXICO, SECAGEM RÁPIDA; ISENTO DE RESÍDUOS CONTAMINANTES OU NOCIVOS, PH BALANCEADO; INDICADO PARA HIGIENE DE PELES DELICADAS; PRODUTO SUJEITO AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA, REFIL COM 800 ML , COM VALIDADE POR 12(DOZE) MESES, CONTADOS DA DATA EFETIVA DA ENTREGA OU PRAZO ESTIPULADO PELO FABRICANTE. | UNID | 380018 | 12 | R\$ 11,00 | R\$ 132,00 |

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

| | ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. | CATMAT | QTD | Valor Unitário Estimado R\$ | Valor Total Estimado R\$ |
|----------------------------|--|--|--------|---------------|-----|-----------------------------|--------------------------|
| L O T E 02 | 16 | ÁLCOOL HIDRATADO A 70% - FRASCO DE 1 LITRO - COM VALIDADE POR 12(DOZE) MESES, CONTADOS DA DATA EFETIVA DA ENTREGA OU PRAZO ESTIPULADO PELO FABRICANTE. | UNID | 481012 | 36 | R\$ 9,79 | R\$ 352,44 |
| | 17 | PAPEL HIGIÊNICO - COR BRANCO, FOLHA DUPLA, NEUTRO, 100% CELULOSE VIRGEM, COR BRANCA, HIDROSSOLÚVEL, MACIO, ABSORVENTE, HOMOGÊNEO, SEM FUROS OU LACUNAS NA EXTENSÃO DO ROLO, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS COMO PARTÍCULAS LENHOSAS, METÁLICAS E FRAGMENTOS DE MATERIAIS PLÁSTICOS, ENROLADO DE MANEIRA UNIFORME, COM CORTES LATERAIS SEM REBARBAS, ROLO COM 10 CM DE LARGURA X 30 METROS DE COMPRIMENTO, VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE 2% NOS VALORES NOMINAIS DAS DIMENSÕES (PORTARIA 153/2008 DO INMETRO). APRESENTAR RELATÓRIO DE ENSAIO MICROBIOLÓGICO E RELATÓRIO CLASSIFICANDO O PAPEL DE ACORDO COM ABNT NBR 15464-2 COMO CLASSE 1. CADA PACOTE COM 4 ROLOS CADA. | PACOTE | 301139 | 112 | R\$ 5,35 | R\$ 599,20 |
| | 18 | PAPEL TOALHA - INTERFOLHA, NÃO RECICLADO, BOA ABSORÇÃO, COM 02 DOBRAS, DIMENSÕES 22,5X22, 05 CM, NA COR BRANCA. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. PACOTE COM 1000 FOLHAS. | PACOTE | 481231 | 60 | R\$ 15,39 | R\$ 923,40 |
| | 19 | SABONETE LIQUIDO - ANTIBACTÉRIAS ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500 ML COM VÁLVULA PUMP, COM VALIDADE POR 12(DOZE) MESES, CONTADOS DA DATA EFETIVA DA ENTREGA OU PRAZO ESTIPULADO PELO FABRICANTE. | UNID | 225731 | 48 | R\$ 13,55 | R\$ 650,40 |
| | VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE 02 (ITENS DO 15 AO 19) | | | | | | R\$ 2.657,44 |



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. | CATMAT | QTD | Valor Unitário Estimado R\$ | Valor Total Estimado R\$ |
|----------------------------|------|--|------------|---------------|-----|-----------------------------|--------------------------|
| L O T E 03 | 20 | COPO DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL - CAPACIDADE PARA 200 ML , NÃO TÓXICO, TONALIDADE BRANCA OU TRANSPARENTE, REFORÇADO COM FRISOS LATERAIS (PARA EVITAR QUE ESCORREGUE DAS MÃOS DO USUÁRIO), BORDAS ARREDONDADAS NÃO CORTANTES (PARA EVITAR ACIDENTES COMO CORTE NOS LÁBIOS), IDEAL PARA USO NO COTIDIANO. MATERIAL: PLÁSTICO POLIESTIRENO (PS). CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACONDICIONADO EM PACOTE COM 100 UNIDADES A EMBALAGEM DEVE ESTAR PROTEGIDA COM SACOS PLÁSTICOS EM MAGAS (PACOTES) INVOLÁVEIS, CONSTANDO A CAPACIDADE TOTAL DO COPO, QUANTIDADE E O PESO MÍNIMO DE CADA COPO E DENTRO DAS NORMAS ABNT. | PACO TE | 618310 | 300 | R\$ 4,26 | R\$ 1.278,00 |
| | 21 | COPO DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL - CAPACIDADE PARA 50 ML , DE POLIESTIRENO, ACONDICIONADO EM PACOTE COM 100 UNIDADES ; A EMBALAGEM DEVE ESTAR PROTEGIDA COM SACOS PLÁSTICOS EM MAGAS (PACOTES) INVOLÁVEIS, CONSTANDO A CAPACIDADE TOTAL DO COPO, QUANTIDADE E O PESO MÍNIMO DE CADA COPO; NO COPO DEVE CONTER GRAVADO EM RELEVO MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE; SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL PARA RECICLAGEM CONFORME NBR 13230 E CAPACIDADE DO COPO, E DEVERÃO ATENDER A NBR 14865/202 DA ABNT. | PACO TE | 618311 | 150 | R\$ 3,91 | R\$ 586,50 |
| | 22 | GUARDANAPO DE PAPEL - NO TAMANHO 30 X 31 CM, PACOTE COM 50 FOLHAS . | PACO TE | 299594 | 60 | R\$ 4,30 | R\$ 258,00 |
| | 23 | PAPEL TOALHA - FOLHA DUPLA, PICOTADA, COR BRANCA (100% BRANCA), SUPER-RESISTENTE, DE RÁPIDA ABSORÇÃO. PACOTE COM 02 (DOIS) ROLOS E 60 (SESSENTA) FOLHAS POR ROLO, MEDINDO 20 X 22 CM. | PACO TE | 457477 | 100 | R\$ 4,70 | R\$ 470,00 |



| | ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. | CATMAT | QTD | Valor Unitário Estimado R\$ | Valor Total Estimado R\$ |
|---|---|---|----------------------|---------------|-----|-----------------------------|--------------------------|
| | 24 | SACO PLÁSTICO PARA LIXO - NA COR PRETO , EM POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 100 LITROS (75X105) CLASSE I - TIPO E – PACOTE/ROLO COM 10 UNIDADES , CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (QUANTIDADE DE SACOS CONTÉM A EMBALAGEM, DIMENSÕES DO SACO, CAPACIDADE NOMINAL (LITROS E QUILOS). | PACO TE / ROLO | 422583 | 20 | R\$ 8,08 | R\$ 161,60 |
| | 25 | SACO PLÁSTICO PARA LIXO – NA COR PRETO , EM POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 15 LITROS (39X58CM), PACOTE/ROLO COM 20 UNIDADES , CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (QUANTOS SACOS CONTÉM A EMBALAGEM, DIMENSÕES DO SACO, CAPACIDADE NOMINAL (LITROS E QUILOS). | PACO TE / ROLO | 403320 | 20 | R\$ 4,10 | R\$ 82,00 |
| | 26 | SACO PLÁSTICO PARA LIXO – NA COR PRETO , EM POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 50 LITROS (63X80CM) PACOTE/ROLO COM 20 UNIDADES , CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (QUANTOS SACOS CONTÉM A EMBALAGEM, DIMENSÕES DO SACO, CAPACIDADE NOMINAL (LITROS E QUILOS). | PACO TE / ROLO | 398561 | 25 | R\$ 7,46 | R\$ 186,50 |
| VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE 03 (ITENS DO 16 AO 26) | | | | | | | R\$ 3.022,60 |
| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. | CATMAT | QTD | Valor Unitário Estimado R\$ | Valor Total Estimado R\$ |
| LOTE 04 | 27 | LÂMPADA LED TIPO TUBULAR T8 - COR BRANCA ; - EFICIÊNCIA LUMINOSA SUPERIOR A 90LM/W; - POTÊNCIA NOMINAL DECLARADA: 20W (MÁX.) / 18W (MÍN.); - FATOR DE POTÊNCIA MÍNIMO DE 0,92 (ENTRE 100 E 240VAC); - TEMPERATURA DE COR DE 4000K (TOLERÂNCIA DE 500K); - IRC MÍNIMO DE 80%; - BASE/CONECTOR G13 DE MANEIRA A PERMITIR O RETROFIT DAS LÂMPADAS TUBULARES FLUORESCENTES T8 18W- - TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT; - FREQUÊNCIA 50/60HZ; - DIMENSÕES: 120CM | UNID | 608411 | 50 | R\$ 12,39 | R\$ 619,50 |
| | VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE 04 (ITEM 27) | | | | | | |
| VALOR TOTAL DOS 04 LOTES | | | | | | | R\$ 8.534,89 |



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

1.7.1 - A estimativa de quantidades e de entrega observa as necessidades da Câmara, facultando-se ao fornecedor a participação em quantos lotes sejam de seu interesse. As quantidades estão descritas na tabela constante deste Termo de Referência, sendo o fornecimento realizado de forma parcelada, conforme a demanda da Administração, mediante solicitações da Diretoria de Estoque, por meio da emissão de Termo de Autorização de Fornecimento, durante o período de vigência do contrato.

1.7.1.1 - O fornecimento seguirá, como referência, cronograma estimado de entregas a cada 02 (dois) meses, podendo ocorrer em prazos distintos, conforme a necessidade da Câmara.

1.8 - Após a assinatura do contrato, a Câmara solicitará a entrega inicial de parte de alguns itens e quantitativos estimados, por meio da emissão de Termo de Autorização de Fornecimento, com vistas à recomposição do estoque mínimo necessário ao funcionamento das atividades administrativas e legislativas da Câmara.

1.8.1 - Os itens e quantitativos indicados abaixo serão de ENTREGA IMEDIATA e deverão ser fornecidos no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do Termo de Autorização de Fornecimento.

2 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “b” da Lei nº 14.133/21)

DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 - A presente contratação está de acordo com o Estudo Técnico Preliminar que antecede à elaboração do

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO | QUANT. | UNID. |
|------|------|-------------------------------------|--------|--------|
| 01 | 02 | Desinfetante | 12 | Unid. |
| | 06 | Limpador multiuso tradicional | 12 | Unid. |
| | 07 | Limpador multiuso limpeza pesada | 12 | Unid. |
| | 08 | Limpador perfumado | 24 | Unid. |
| | 09 | Lustra móveis | 4 | Unid. |
| | 20 | Refil para mop | 12 | Unid. |
| | 21 | Sabão em pó | 6 | Unid. |
| | 26 | Vassoura de piaçava | 6 | Unid. |
| 02 | 17 | Papel higiênico | 32 | Pacote |
| | 18 | Papel toalha interfolha p/ banheiro | 30 | Pacote |
| | 19 | Sabonete líquido | 12 | Unid. |
| 03 | 21 | Copo descartável de 50 ml | 50 | Pacote |
| | 23 | Papel toalha p/ cozinha | 24 | Pacote |
| 04 | 27 | Lâmpada tubular 18 w | 50 | Unid. |

presente Termo de Referência e instrui o presente processo, de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

2.1.1 - A contratação deverá observar integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como a legislação específica aplicável ao objeto, incluindo normas sanitárias, ambientais e de segurança.



2.1.2 - Os produtos a serem fornecidos deverão atender às disposições da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), especialmente no que se refere à qualidade, segurança, informação adequada e garantia contra vícios.

2.2 - A contratação será realizada por meio de Dispensa de Licitação com base no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, na sua forma Eletrônica, com critério de julgamento por menor preço.

2.3 - A participação exclusiva de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas fundamenta-se no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, considerando que o valor estimado da contratação encontra-se dentro do limite legal estabelecido e que o objeto possui natureza comum, com ampla oferta de fornecedores no mercado, não havendo prejuízo à competitividade.

DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.4 - A presente contratação tem como objetivo atender às necessidades de fornecimento de materiais de consumo destinados à manutenção das atividades da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu.

2.5 - Entre os itens a serem adquiridos incluem-se materiais de limpeza, higiene, descartáveis e itens de reposição utilizados na manutenção predial, como lâmpadas, essenciais para a conservação dos ambientes e o adequado funcionamento das instalações.

2.6 - O fornecimento desses insumos é necessário para assegurar condições adequadas de trabalho, a continuidade dos serviços administrativos e legislativos da Câmara e o atendimento ao interesse público.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c” da Lei nº 14.133/21)

3.1 - A solução proposta é a realização de uma contratação direta para aquisição dos materiais pretendidos, a fim de garantir ambientes limpos, higienizados e adequadamente iluminados para o bom funcionamento das atividades administrativas e legislativas e para o atendimento adequado ao público, servidores e Vereadores.

3.2 - Além disso, há a impossibilidade de armazenamento de toda a quantidade necessária, em razão da limitação de espaço físico, de modo que o fornecimento será realizado de forma parcelada, com entregas estimadas a cada 02 (dois) meses, conforme a necessidade da Câmara, garantindo eficiência na gestão de estoques e evitando desperdícios, sendo necessária, ainda, a realização de entrega imediata de parte dos itens após a assinatura do contrato, com a finalidade de recomposição do estoque mínimo e garantia da continuidade das atividades da Câmara

3.3 - A vida útil dos materiais demandados varia conforme sua natureza, sendo os itens de limpeza, higiene e descartáveis, de consumo contínuo e reposição periódica, enquanto produtos como vassouras, refis de mop e lâmpadas apresentam maior durabilidade, a depender da frequência de uso e das condições de conservação. Assim, a contratação visa assegurar o abastecimento contínuo dos materiais pelo período estimado de 12 (doze) meses, garantindo a regularidade das atividades da Câmara.

3.4 - Durante o período de garantia dos produtos, a Contratada deverá arcar com as substituições em decorrência de defeitos de fabricação, transporte, avarias, embalagem ou armazenamento e outros eventos para os quais a Câmara não concorreu, podendo ser rejeitados, caso estejam em desacordo.



4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea “d” da Lei nº 14.133/21)

4.1 - A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1 – Requisitos de qualidade

Os produtos fornecidos deverão atender, no mínimo, aos seguintes critérios:

4.1.1.1 - Ser de primeira linha, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;

4.1.1.2 - Ser entregues em embalagens originais, lacradas e intactas, contendo identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação e prazo de validade;

4.1.1.3 - Atender às exigências de registro ou autorização junto aos órgãos competentes, quando aplicável, especialmente à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para produtos saneantes e de higiene.

4.1.2 – Requisitos funcionais

4.1.2.1 - Os materiais fornecidos deverão ser adequados para utilização nas atividades de limpeza e higienização dos ambientes, na manutenção básica das instalações prediais e no apoio aos serviços de copa e cozinha, de forma a atender às demandas operacionais da Câmara.

4.1.3 – Requisitos logísticos

4.1.3.1 - O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a demanda da Câmara e os prazos estabelecidos, podendo ser solicitada, após a assinatura do contrato, a entrega inicial de determinadas unidades, mediante requisição formal da Diretoria de Estoque;

4.1.3.2 - A contratada deverá, às suas expensas, substituir ou corrigir eventuais falhas identificadas no fornecimento, especialmente no caso de entrega de produtos em desacordo com as especificações, quantidades ou condições exigidas.

4.1.4 – Requisitos legais

4.1.4.1 - Os produtos deverão atender ao disposto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais normas pertinentes;

4.1.4.2 - A unidade requisitante poderá solicitar, a qualquer tempo, documentos, informações ou comprovações relacionadas ao objeto contratado.

4.1.5 – Sustentabilidade

4.1.5.1 - A contratação priorizará materiais produzidos com insumos reciclados, recicláveis ou de origem sustentável, especialmente produtos de papel com certificação ambiental, considerando critérios de durabilidade e qualidade para reduzir reposições e a geração de resíduos;

4.1.5.2 - Sempre que possível, serão adotadas embalagens reutilizáveis, recicláveis ou biodegradáveis, sendo vedada a utilização de trabalho escravo ou infantil;



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

4.1.5.3 - Deverão ser observados os requisitos do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, como referência para a adoção de práticas que promovam o uso racional dos recursos naturais e a redução de impactos ambientais;

4.1.5.4 - A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução do objeto, assegurando o armazenamento, transporte e a destinação adequada dos resíduos, bem como a redução de impactos ambientais, a eficiência no uso de água e energia e a observância da origem ambientalmente regular dos materiais utilizados.

4.1.6 – Subcontratação

4.1.6.1 - Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, a fim de garantir maior controle, padronização e qualidade na entrega dos materiais pretendidos, bem como a adequada fiscalização e responsabilização pelo fornecimento.

4.1.7 – Garantia da contratação

4.1.7.1 - Não haverá exigência de garantia da contratação prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando as características do objeto e o valor da contratação.

4.1.8 – Participação de consórcios e cooperativas

4.1.8.1 - Não será admitida a participação de consórcios ou cooperativas na presente contratação, tendo em vista que o objeto consiste no fornecimento de bens comuns, de baixa complexidade e reduzido valor, não sendo necessária a participação conjunta de empresas nem a execução por meio de cooperativa, não havendo vantagem para a Câmara na admissão dessas formas de participação.

5 – MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei nº 14.133/2021)

DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 - Os produtos deverão ser de primeira qualidade, em atendimento as especificações discriminadas neste documento e estar dentro dos padrões de aceitabilidade, observadas as normas baixadas pelos órgãos competentes de controle e qualidade industrial, no caso ABNT, INMETRO e ANVISA. Todos os produtos devem estar acondicionados de acordo com a legislação vigente.

5.2 - O objeto da contratação será recebido conforme solicitação da Diretoria de Estoque, nas dependências da Câmara, situada à **Praça Feliciano Sodré, nº 384, Centro, Casimiro de Abreu/RJ, das 9h às 12h e das 14h às 17h, em dias úteis.**

5.3 - Somente será permitido material novo de acordo com o especificado, não se admitindo, sob qualquer hipótese, material defeituoso, fora do padrão ou de qualidade duvidosa.

5.3.1 - As devoluções feitas pela Câmara, nos casos de não adequação dos produtos às características de qualidade previstas neste termo, deverão ser repostas em até 03 dias úteis da ocorrência, contados da notificação da Câmara.

5.4 - Caberá ao Fornecedor vencedor responsabilizar-se, exclusivamente, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação, e ainda arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto desta contratação.



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

DA ENTREGA

5.5 - O prazo de entrega será de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento do Termo de Autorização de Fornecimento emitido pela Câmara à CONTRATADA.

5.5.1 - DO CRONOGRAMA DE ENTREGA

5.5.1.1 – Serão de **ENTREGA IMEDIATA**, após a emissão do Termo de Autorização de Fornecimento, os itens e quantidades descritos na tabela **do item 1.8.1 deste Termo de Referência**.

5.5.1.2 - A estimativa do restante da entrega observará às devidas quantidades na tabela **do item 1.7 deste Termo de Referência e serão requisitadas a cada 02 (dois) meses** mediante os pedidos a serem realizados pela Diretoria de Estoque, à medida das necessidades da Câmara, por meio da emissão da Autorização de Fornecimento, durante o período de vigência do contrato, que será até 31 de dezembro do corrente ano.

DA VALIDADE DOS PRODUTOS

5.6 - Os produtos/materiais terão validade/garantia de 12 (doze) meses ou pelo prazo estipulado pelo fabricante, prevalecendo o maior, contados da data de entrega. Em caso de defeitos, a Contratada deverá providenciar a substituição ou correção dos produtos após comunicação da Câmara.

5.6.1 - No momento da entrega, os produtos deverão apresentar, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do seu prazo de validade total, salvo justificativa aceita pela Câmara.

DA INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (art. 41, inciso I da Lei nº 14.133/2021)

5.7 - Na presente contratação não foram indicadas marcas ou modelos de referência.

DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

5.8 - Não será exigida, do fornecedor vencedor, a apresentação de amostra dos produtos.

DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

5.9 - Os preços estimados descritos no item 1.7 deste Termo de Referência, tanto unitários quanto globais, deverão corresponder aos valores máximos que a Câmara se dispõe a pagar, de forma que as propostas com valores superiores serão desclassificadas.

DO ACONDICIONAMENTO

5.10 - Os produtos, objeto deste termo, deverão ser entregues em embalagem original do fabricante, lacrada, devidamente identificada com a descrição e a quantidade do material contido, com rótulo próprio mencionando a sua composição, os dados do fabricante e contendo seus números de registro nos órgãos competentes e em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, umidade ou aderência ao produto, bem como sem nenhum dano (amassados, rasgos, sujeira, dentre outros).

| |
|--|
| 6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21) |
|--|

6.1 – DO CONTRATO:

6.1.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

avencadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2 - A Câmara fiscalizará a execução do contrato, em todas as suas fases, obrigando-se a Contratada a facilitar o trabalho de equipe encarregada pela fiscalização, prestando-lhe informações ou esclarecimentos que se fizerem necessários e ainda atendendo as suas solicitações e determinações desde que não sejam conflitantes com o estabelecido no contrato.

6.1.3 - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a Câmara ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da Câmara ou de seus prepostos, devendo, ainda, a Contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a Câmara dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

6.1.4 - A Câmara se reserva o direito de recusar toda e qualquer forma de fornecimento que não atenda às especificações deste Termo de Referência ou do Aviso da Contratação Direta e seus Anexos.

6.2 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.2.1 - A gestão do objeto a que se refere o presente Termo de Referência será executada sob a direção e responsabilidade do Sr. **THIAGO FABIANO JARDIM MAURINO**, servidor designado pela Câmara.

6.2.2 – A fiscalização será executada pelo Sr. **CLEITON PORTO TEÓFILO**, servidor designado pela Câmara, que fiscalizará observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, anotando, inclusive, em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas como prevê o Artigo 117, da Lei nº 14.133/2021, entre outras providências:

- a) Sustar, no todo ou em parte, o fornecimento, sempre que a medida for considerada necessária;
- b) Recusar qualquer objeto que não atenda às especificações contidas no Contrato;
- c) Solicitar a imediata substituição dos objetos que não se apresentarem em boas condições ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas.

6.2.3 - Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência de parte da Contratada o fiscal do contrato deverá de imediato comunicar por escrito ao Gestor do Contrato, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei e no Aviso, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

6.2.4 - Serão atividades inerentes à Fiscalização:

- a) Manter sob sua guarda o processo de contratação, durante toda a vigência do contrato, observando e controlando o prazo de sua vigência.
- b) Providenciar solução junto à Contratada de quaisquer ocorrências, irregularidades ou descumprimentos contratuais;
- c) Propor ao órgão competente pela instrução, a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela Contratada;
- d) Apresentar, quando solicitado pelo Gestor, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução contratual;
- e) Manter controle adequado e efetivo do presente contrato sob sua gestão, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, inclusive o controle do saldo contratual;
- f) Propor medidas que melhorem à execução do contrato;
- g) Acompanhar e fiscalizar o fornecimento e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da entrega dos mesmos e de tudo dar ciência à Contratada, para a fiel execução do objeto durante toda a vigência



do Contrato;

h) Sustar, recusar o fornecimento, que esteja em desacordo com as constantes do Termo de Referência, determinando para a correção de possíveis falhas ou substituições do objeto em desconformidade com o solicitado;

i) Receber, conferir e atestar a Nota Fiscal Eletrônica enviada pela Contratada;

j) Encaminhar para autorização do Ordenador de Despesa e posterior liquidação e pagamento.

6.3 – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.3.1 - O prazo de vigência do contrato será de até 31 de dezembro do corrente ano, contados da data da sua assinatura e terá eficácia legal após a publicação no PNCP.

6.4 – DAS ALTERAÇÕES

6.4.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

6.4.2 - A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

6.4.3 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Procuradoria Jurídica da Câmara.

6.4.4 - Registros que não caracterizam alteração do Contrato poderão ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

| |
|---|
| 7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei nº 14.133/21) |
|---|

7.1 – DO RECEBIMENTO

7.2.1 - Os materiais serão recebidos PROVISORIAMENTE, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal eletrônica, pelo servidor responsável, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2.2 - O recebimento DEFINITIVO ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal eletrônica após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo.

7.2.2.1 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.2.3 - No caso de controvérsia sobre o fornecimento do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal Eletrônica no que refere à parcela incontroversa do fornecimento do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.2.3.1 - O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências no fornecimento do objeto ou de saneamento da nota fiscal eletrônica, verificadas pela Câmara durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.2.4 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

7.2.5 - Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação por escrito (via *WhatsApp* ou e-mail), às suas custas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, mantendo-se o preço inicialmente contratado, sujeitando-se a Contratada às penalidades previstas na legislação e neste Termo de Referência, se não ocorrer a substituição ou correção.

7.2.5.1. O prazo de troca pode ser prorrogado desde que não ultrapasse a 05 (cinco) dias úteis e que seja devidamente justificado.

7.6- O aceite/aprovação dos produtos pela CÂMARA não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

DA FORMA DE PAGAMENTO

7.3 - O pagamento será efetuado em moeda corrente do País, pela Tesouraria da Câmara, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, da data final do período de adimplemento da obrigação.

7.3.1 - O pagamento será efetuado através de depósito bancário ou transferência na conta corrente da CONTRATADA, conforme informações apresentadas pela mesma.

7.3.2 - Será considerado adimplemento, a data em que o Fiscal do Contrato, der o RECEBIMENTO do material especificado no respectivo Termo de Autorização de Fornecimento.

7.3.3 - Será solicitada a emissão de nota fiscal eletrônica, após a concretização do fornecimento, que será entregue ao Fiscal do Contrato e posteriormente encaminhada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir do RECEBIMENTO, a respectiva Nota Fiscal Eletrônica, isenta de erros que deverá ser devidamente conferida e atestada por 02 (dois) servidores da CÂMARA, que não o ordenador da despesa e posteriormente encaminhada para pagamento, em até 15 (quinze) dias úteis, sendo processado em conformidade com a legislação vigente.

7.3.4 - A CONTRATADA deverá apresentar requerimento de solicitação de pagamento, de acordo com o serviço evidenciado no Termo de Autorização de Fornecimento.

7.3.5 - A Nota Fiscal Eletrônica – NF - e, emitida pela CONTRATADA deverá conter no seu corpo o percentual e o valor do Imposto de Renda a ser retido, decorrentes da prestação de serviços ou fornecimento de bens contratados, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.

7.3.6 - As retenções mencionadas acima serão recolhidas no momento do pagamento da Nota Fiscal Eletrônica – NF - e, após ser atestada e liquidada, aos cofres municipais, nos termos da lei.

7.3.7 - O pagamento não será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços.

7.3.8 - O Pagamento somente será efetuado mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - Nota Fiscal Eletrônica – NF-e discriminando objeto licitado com as devidas especificações, quantidade, marca, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora, o seu preço total e o valor do IR a ser retido se for o caso;

II – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

III – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos em Dívida Ativa;

IV – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

aos Tributos Municipais;

V – Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

VI – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

7.3.9 - O pagamento à CONTRATADA será efetuado de acordo com o requisitado no Termo de Autorização de Fornecimento, discriminando no requerimento, o(s) item(ns) licitado(s) com as devidas especificações (marca/modelo), quantidades, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora e seu preço total, e posterior apresentação da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, que deverá ser devidamente conferida e atestada por 02 (dois) servidores da Câmara, que não o ordenador da despesa, posteriormente encaminhada para pagamento, em **até 15 (quinze) dias úteis**, sendo processado em conformidade com a legislação vigente.

7.3.10 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Câmara.

8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/21)

8.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, sendo a participação exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, observados os critérios de vantajosidade e economicidade.

8.2 - O critério de julgamento será o de menor preço, adotando-se a forma de disputa por lote.

8.3 - O objeto será dividido em lotes, conforme a natureza e similaridade dos itens, visando ampliar a competitividade e possibilitar a participação de fornecedores especializados, conforme definido neste Termo de Referência.

8.4 - O fornecimento será realizado de forma parcelada, de acordo com a necessidade da Câmara, mediante requisição formal da Diretoria de Estoque, durante a vigência do contrato.

8.5 - Será considerada vencedora a proposta mais vantajosa para cada lote, desde que a empresa ofertante comprove sua regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como sua capacidade de atender às condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

8.6 - Na proposta de preços deverão estar incluídos todos os custos e despesas necessários ao fornecimento dos materiais, tais como tributos, frete, seguros, encargos e quaisquer outros ônus incidentes sobre o objeto.

8.7 - Quanto às condições de habilitação, o licitante deverá comprovar habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, na forma prevista no Edital e em conformidade com a legislação vigente.

9 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'i', da Lei nº 14.133/21)

9.1 - Os valores máximos estimados resultam de pesquisa de preços efetuada de forma a atender a legalidade e aos princípios de economicidade e vantajosidade, obtendo como produto os preços máximos para a contratação direta referentes aos itens deste objeto. É importante ressaltar que os critérios adotados nesta pesquisa encontram-se em conformidade com aqueles estabelecidos no decreto 3335/2023 e na Lei 14.133/2021, chegando dessa forma ao preço referencial para contratar que atende aos parâmetros de mercado.



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

9.2 - A pesquisa de preços mercadológica será realizada pela Diretoria de Suprimentos da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu/RJ, com vistas ao ajuste do preço, que irá constar neste Termo de Referência, para efeitos de classificação e contratação.

10 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea 'j', da Lei nº 14.133/21)

10.1 - Os recursos necessários para realização das despesas com o eventual fornecimento correrão a conta da previsão orçamentária da Câmara para o exercício de 2026, a saber no Programa de Trabalho 01.031.0200.2903 e no Elemento de Despesa 3.3.90.30.99.00.00 – Outros Materiais de Consumo.

11 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 - A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1 - Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega para representá-lo na execução do Contrato.

11.1.1.1 - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela Câmara, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.1.2 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do Contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

11.1.3 - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

11.1.4 - Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.1.5 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Câmara, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia o valor correspondente aos danos sofridos.

11.1.6 - Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Câmara ou de agente público que atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.7 - Manter a regularidade junto ao SICAF.

11.1.7.1 - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas do domicílio ou sede da CONTRATADA, na mesma forma exigida no Edital ou Aviso de Contratação Direta;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.1.8 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadiplência não transfere a responsabilidade a Câmara e não poderá onerar o objeto do Contrato.

11.1.9 - Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

11.1.10 - Prestar esclarecimentos ou informações solicitadas pela Câmara ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.1.11 - Paralisar, por determinação da Câmara, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.1.12 - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato.

11.1.13 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.1.14 - Submeter previamente, por escrito, a Câmara, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do serviço, de acordo com os documentos anexos a este instrumento.

11.1.15 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, na forma do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

11.1.16 - Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação.

11.1.17 - Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021).

11.1.17.1 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

11.1.18 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

11.1.19 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja suficiente para o



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.20 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Câmara.

11.1.21 - Executar o objeto da contratação, de acordo com este Termo de Referência e com as normas e especificações técnicas.

12 - OBRIGAÇÕES DA CÂMARA

12.1 - São obrigações da Câmara:

12.1.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Contrato e seus anexos.

12.1.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência ou Projeto Básico.

12.1.3 - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no todo ou em parte, às suas expensas.

12.1.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

12.1.5 - Comunicar a CONTRATADA para que emita Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, com vistas à liquidação e pagamento, no caso de divergência acerca do cumprimento das obrigações assumidas, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

12.1.6 - Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

12.1.7 - Aplicar a CONTRATADA as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, na forma prevista na lei e neste Contrato.

12.1.8 - Dar ciência à Procuradoria Jurídica para as providências com vistas à adoção de eventuais medidas judiciais, em caso de descumprimento de obrigações pela CONTRATADA.

12.1.9 - Emitir decisão fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.1.9.1 - A Câmara terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

12.1.10 - Responder aos eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro efetuados pela CONTRATADA no prazo máximo de 15 (quinze dias) dias, admitida a prorrogação motivada, uma única vez, por igual período.

12.1.11 - A Câmara não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



12.1.12 - O presente Contrato não configura vínculo empregatício entre os trabalhadores, ou sócios da CONTRATADA e a Câmara.

13 - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas neste Termo de Referência, poderão ser aplicadas as penalidades previstas na Lei nº 14.133/21.

13.2 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13.3 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013 seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.4 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.5 - Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao fornecedor, licitante ou contratado, em decorrência de conduta vedada no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto a Câmara.

13.6 - O Fornecedor, Licitante ou Contratado deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto a Câmara e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

13.7 - A Câmara deverá remeter o extrato do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para a publicação no Diário Oficial do Município, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

13.8 - A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverá ser comunicada à Diretoria de Controle Interno da Câmara, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

14 – DA PROTEÇÃO DE DADOS

14.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4 - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

14.5 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6 - É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7 - A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8 - A Câmara poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9 - A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela Câmara, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10.1 - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.12 - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

15 – DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

O Termo de Referência foi elaborado pela Comissão de Planejamento, nomeada pela Portaria 001/2026, composta pelos seguintes servidores: Cláudia da Conceição Joaquim, mat. 001/PL; Cleiton Porto Teófilo, mat. 017/PL, Felipe Paschoal Linhares, mat. 643 e Patrícia Bentes Pereira de Barros, mat. 017/PL.